



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**CARGO
PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova escrita objetiva.** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:**

A crise representa purificação e oportunidade de crescimento.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.**
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.**
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.**
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.**

.....
AGENDA (datas prováveis)

- I 22/4/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova escrita objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 23 e 24/4/2009** – Recursos (prova escrita objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 22/5/2009** – Resultado final da prova escrita objetiva e convocação para a prova escrita subjetiva: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e Internet.
- IV 31/5/2009** – Prova escrita subjetiva: em local e horário a serem divulgados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; CP = Código Penal; CPI = comissão parlamentar de inquérito; CPP = Código de Processo Penal; CTN = Código Tributário Nacional; DF = Distrito Federal; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; ITBI = imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física; MP = Ministério Público; PNMA = Política Nacional do Meio Ambiente; SISNAMA = Sistema Nacional do Meio Ambiente; SNUC = Sistema Nacional de Unidades de Conservação; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; SUS = Sistema Único de Saúde; TCU = Tribunal de Contas da União; TJRN = Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

PROVA ESCRITA OBJETIVA

QUESTÃO 1

No que diz respeito ao sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ação declaratória de constitucionalidade foi inserida no direito constitucional brasileiro por meio da promulgação da CF.
- Ⓑ A legitimidade ativa para a ação declaratória interventiva, em face de violação dos princípios constitucionais sensíveis, é exclusiva do procurador-geral da República.
- Ⓒ Os legitimados passivos da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade são os mesmos.
- Ⓓ A arguição de descumprimento de preceito fundamental não se presta a controle de constitucionalidade de normas infralegais, visto que, nesse caso, se trata de ilegalidade e não de inconstitucionalidade.
- Ⓔ A arguição de descumprimento de preceito fundamental tem precedência sobre qualquer outro meio de controle de constitucionalidade cabível e apto a sanar a lesão a preceito fundamental.

QUESTÃO 2

Acerca do constitucionalismo, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A origem do constitucionalismo remonta à antiguidade clássica, especificamente ao povo hebreu, do qual partiram as primeiras manifestações desse movimento constitucional em busca de uma organização política fundada na limitação do poder absoluto.
- Ⓑ O neoconstitucionalismo é caracterizado por um conjunto de transformações no Estado e no direito constitucional, entre as quais se destaca a prevalência do positivismo jurídico, com a clara separação entre direito e valores substantivos, como ética, moral e justiça.
- Ⓒ O constitucionalismo moderno representa uma técnica específica de limitação do poder com fins garantidores.
- Ⓓ O neoconstitucionalismo caracteriza-se pela mudança de paradigma, de Estado Legislativo de Direito para Estado Constitucional de Direito, em que a Constituição passa a ocupar o centro de todo o sistema jurídico.
- Ⓔ As constituições do pós-guerra promoveram inovações por meio da incorporação explícita, em seus textos, de anseios políticos, como a redução de desigualdades sociais, e de valores como a promoção da dignidade humana e dos direitos fundamentais.

QUESTÃO 3

Assinale a opção correta com relação ao que dispõe a CF acerca do MP.

- Ⓐ O MP, apesar de dotado de autonomia financeira, não é obrigado a elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- Ⓑ Segundo a CF, o MP brasileiro compreende apenas o MP Federal e o MP dos estados e do DF.
- Ⓒ Entre as garantias concedidas aos membros do MP está a estabilidade após três anos de efetivo exercício.
- Ⓓ É função institucional do MP defender judicialmente os direitos e os interesses das populações carentes.
- Ⓔ Quando um membro do MP se aposenta, é vedado a ele advogar no juízo ou tribunal em que atuava, antes de que hajam transcorrido três anos da aposentadoria.

QUESTÃO 4

O Conselho Nacional do Ministério Público

- Ⓐ pode avocar processos disciplinares em curso nos MPs.
- Ⓑ não tem poderes para determinar a remoção de membro do MP.
- Ⓒ tem poderes para demitir membro do MP.
- Ⓓ é composto de quatorze membros, entre os quais cinco membros dos MPs dos estados, cada um representando uma região da Federação.
- Ⓔ deve ser presidido por seu conselheiro mais antigo.

QUESTÃO 5

Com relação ao CNJ, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os membros do CNJ são julgados por crime de responsabilidade no STF.
- Ⓑ O CNJ é órgão integrante do Poder Judiciário.
- Ⓒ Compete ao CNJ exercer o controle externo da atividade policial.
- Ⓓ O CNJ poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e às administrações públicas direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder a sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- Ⓔ Cabe ao presidente do CNJ receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, até mesmo contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo, após aprovação da maioria dos conselheiros, promover a ação penal contra os responsáveis.

QUESTÃO 6

A Carta outorgada em 10 de novembro de 1937 é exemplo de texto constitucional colocado a serviço do detentor do poder, para seu uso pessoal. É a máscara do poder. É uma Constituição que perde normatividade, salvo nas passagens em que confere atribuições ao titular do poder.

Numerosos preceitos da Carta de 1937 permaneceram no domínio do puro nominalismo, sem qualquer aplicação e efetividade no mundo das normas jurídicas.

Raul Machado Horta. **Direito constitucional**. 2.^a ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999, p. 54-5 (com adaptações).

Considerando a classificação ontológica das constituições, assinale a opção que apresenta a categoria que se aplica à Constituição de 1937, conforme a descrição acima.

- A constituição semântica
- B constituição dogmática
- C constituição formal
- D constituição outorgada
- E constituição ortodoxa

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta com relação ao federalismo brasileiro.

- A O federalismo brasileiro, quanto à sua origem, é um federalismo por agregação.
- B Existia no Brasil um federalismo de segundo grau até a promulgação da CF, após a qual o país passou a ter um federalismo de terceiro grau.
- C Uma das características comuns à federação e à confederação é o fato de ambas serem indissolúveis.
- D A federação é o sistema de governo cujo objetivo é manter reunidas autonomias regionais.
- E Os territórios federais são considerados entes federativos.

QUESTÃO 8

Com base no que dispõe a CF acerca da União, dos estados, do DF e dos municípios, assinale a opção correta.

- A É competência privativa da União cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- B Compete à União legislar privativamente acerca dos direitos tributário e financeiro.
- C Cabe à União explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- D É vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.
- E A competência da União para legislar a respeito de normas gerais exclui a competência suplementar dos estados, podendo haver delegação de competência pela União.

Texto para as questões 9 e 10

De navio petroleiro que transitava pela costa brasileira, em razão de seu péssimo estado de conservação e de negligência de seus tripulantes, vazou grande quantidade de óleo, poluindo diversas praias do litoral de determinado estado.

O péssimo estado de conservação do navio já havia sido constatado pelos fiscais da autarquia responsável pela fiscalização ambiental. Contudo, o presidente dessa autarquia decidiu, contrariando a posição técnica dos fiscais, que o navio estava apto a navegar.

Posteriormente, apurou-se que o irmão do presidente da autarquia ambiental era um dos diretores da empresa dona do petroleiro, levantando-se a suspeita de favorecimento à empresa.

QUESTÃO 9

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A Na situação apresentada, o MP pode instaurar inquérito policial para a apuração de delitos ambientais.
- B Ao MP compete promover privativamente a ação civil pública para a defesa do meio ambiente.
- C A CF conferiu ao MP o poder de expedir notificações, requisitar diligências investigatórias e documentos, a fim de instruir procedimento administrativo de sua competência.
- D Caso não haja membro do MP lotado na comarca do local do dano, o procurador-geral poderá nomear bacharel em direito para que este desempenhe as funções de promotor ou procurador *ad hoc*.
- E Caso o membro do MP lotado na comarca do local do dano não tenha experiência em direito ambiental, o procurador-geral pode removê-lo e lotar, na comarca, outro membro habilitado para a condução da apuração.

QUESTÃO 10

Ainda com relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Se, ao final da apuração, ficar constatado que a única responsabilidade do presidente da entidade ambiental foi deixar de praticar indevidamente ato de ofício, sua conduta não terá repercussão na esfera civil ou administrativa.
- B O presidente da autarquia não pode responder por ato de improbidade administrativa por ser considerado agente político.
- C Se for comprovado que o presidente da autarquia atentou contra os princípios da administração pública, ele estará sujeito à pena de perda de função pública e suspensão de direitos políticos pelo prazo de oito a dez anos, entre outras.
- D Os responsáveis pelo navio não podem figurar na ação de improbidade administrativa por não exercerem cargos públicos.
- E A ação de improbidade administrativa pode ser ajuizada pelo estado ou município interessado.

QUESTÃO 11

No que diz respeito ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- A** A CF pode ser emendada por proposta de assembleia legislativa de uma ou mais unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.
- B** A iniciativa das leis delegadas cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, na forma e nos casos previstos na CF.
- C** O parlamentar dispõe de legitimação ativa para suscitar, por meio de mandado de segurança, o controle incidental de constitucionalidade pertinente à observância, pelo Parlamento, dos requisitos que condicionam a válida elaboração das proposições normativas, enquanto essas se acharem em curso na casa legislativa a que pertença esse parlamentar; no entanto, se a proposta legislativa for transformada em lei, haverá a perda do objeto da ação e a perda da legitimidade ativa do parlamentar.
- D** As emendas constitucionais não podem ser objeto de declaração de inconstitucionalidade, visto que não existe, no sistema brasileiro, a possibilidade de normas constitucionais inconstitucionais.
- E** A proposta de emenda constitucional deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional em dois turnos, considerando-se aprovada, se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros. A casa na qual tenha sido concluída a votação deve enviar o projeto de emenda ao presidente da República, para que este, aquiescendo, o sancione.

QUESTÃO 12

Tavares é dono de um bar em local de intensa atividade noturna. Devido ao reduzido espaço na parte interna de seu estabelecimento, Tavares costuma colocar mesas na calçada em frente ao bar e na área lateral deste. Com o passar do tempo, visando proporcionar maior conforto aos seus clientes, Tavares decidiu cercar e cobrir a área pública, incorporando-a ao seu estabelecimento. Informados da situação, os fiscais da prefeitura autuaram Tavares por invasão de área pública, concedendo-lhe prazo para que sanasse a ilegalidade. Tavares, contudo, quedou-se inerte. Vencido o prazo concedido pela prefeitura para a regularização da situação, observados os devidos procedimentos legais, os fiscais demoliram a construção em área pública.

Tendo como referência a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A** No caso apresentado, a administração pública valeu-se de seu poder hierárquico.
- B** Os fiscais agiram acertadamente, visto que, após juízo de discricionariedade, praticaram o ato que entenderam mais apropriado para o caso.
- C** A prefeitura deveria ter ingressado com ação demolitória em juízo, uma vez que, em estado democrático de direito, ninguém deve ser privado de seus bens sem o devido processo legal.
- D** A prefeitura agiu com acerto, pois a administração pública pode valer-se de seus poderes administrativos para impor limites ao exercício de direitos e liberdades individuais e, assim, evitar danos à coletividade, sem ter de recorrer ao Poder Judiciário.
- E** Caso Tavares estivesse ocupando a área por mais de cinco anos, o direito de a administração pública questionar a ocupação estaria prescrito, e Tavares poderia incorporar a área pública a seu estabelecimento.

QUESTÃO 13

Assinale a opção que apresenta princípio da administração pública que **não** esteja expressamente previsto na Constituição do Rio Grande do Norte.

- A** legalidade
- B** impessoalidade
- C** moralidade
- D** publicidade
- E** eficiência

QUESTÃO 14

Com relação ao tratamento constitucional concedido aos direitos políticos e à nacionalidade, assinale a opção correta.

- A** São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- B** Os analfabetos são inalistáveis e inelegíveis.
- C** Os partidos políticos não são dotados de personalidade jurídica, porém seus estatutos devem ser registrados no Tribunal Superior Eleitoral.
- D** O presidente da República, os governadores de estado e do DF e os prefeitos, caso desejem concorrer a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- E** Os cargos de deputado federal e senador da República são privativos de brasileiros natos.

QUESTÃO 15

Os princípios constitucionais sensíveis previstos na CF **não** incluem o(a)

- A** direito da pessoa humana.
- B** autonomia municipal.
- C** prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
- D** função social da propriedade.
- E** aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e nos serviços públicos de saúde.

QUESTÃO 16

A fase da licitação na qual se atribui ao vencedor o objeto da licitação é a

- A** adjudicação.
- B** homologação.
- C** contratação.
- D** habilitação.
- E** classificação.

QUESTÃO 17

Assinale a opção correta com relação aos contratos administrativos e à Lei de Licitações.

- A** Os contratos administrativos são caracterizados, via de regra, por sua imutabilidade.
- B** Cláusulas exorbitantes são aquelas que não constavam do contrato administrativo quando de sua elaboração, mas que foram posteriormente acrescentadas por meio de aditivo contratual firmado entre as partes.
- C** Segundo a lei em tela, a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato, são motivos para a rescisão do contrato.
- D** Contratos administrativos são aqueles em que uma das partes é uma pessoa jurídica de direito público.
- E** Fato da administração são medidas de ordem geral não relacionadas diretamente com o contrato, mas que nele repercutem, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em detrimento do contratado.

QUESTÃO 18

Desde o momento da elaboração do texto até o instante de sua aplicação, a norma é determinada histórica e socialmente. Logo, quando o jurista cogita dos elementos e situações do mundo da vida sobre os quais recai determinada norma, não se refere a um tema metajurídico. A norma é composta pela história, pela cultura e pelas demais características da sociedade no âmbito da qual se aplica.

O texto normativo — diz Muller — é uma fração da norma, aquela parte absorvida pela linguagem jurídica, porém não é a norma, pois a norma jurídica não se reduz à linguagem jurídica. A norma congrega todos os elementos que compõem o âmbito normativo (elementos e situações do mundo da vida sobre os quais recai determinada norma).

Além disso, os textos normativos são formulados tendo em vista determinado estado da realidade social (que eles pretendem reforçar ou modificar); este estado da realidade social geralmente não aparece no texto da norma.

O texto é abstrato e geral (isto é, sem referência a motivos e contexto real). Mas o aspecto da realidade referida pela norma constitui conjuntamente seu sentido (esse sentido não pode, a partir daí, ser perseguido apartado da realidade a ser regulamentada). A realidade é tanto parte da norma quanto o texto; na norma, estão presentes inúmeros elementos do mundo da vida.

Eros Roberto Grau. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*. 3.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 74-5 (com adaptações).

O método de interpretação constitucional tratado pelo autor no trecho de texto acima é o método

- A** jurídico ou hermenêutico-clássico.
- B** tópico-problemático.
- C** normativo-estruturante.
- D** hermenêutico-concretizador.
- E** científico-espiritual.

QUESTÃO 19

Assinale a opção correta a respeito da Lei n.º 8.666/1993.

- A** Esta lei define projeto básico como sendo o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- B** A venda de bens imóveis das autarquias deve ser precedida de autorização legislativa.
- C** Segundo a lei em apreço, é vedado, em caso de empate na licitação, dar preferência a bens produzidos por empresas brasileiras.
- D** A tomada de preços e o concurso são tipos de licitação.
- E** Na venda de bens imóveis, a administração deve utilizar a modalidade maior lance ou oferta.

QUESTÃO 20

Assinale a opção correta com relação ao decreto.

- A** O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir cargos públicos quando vagos.
- B** O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir órgãos e entes públicos.
- C** O presidente da República pode dispor, por meio de decreto, sobre o aumento de salário para os servidores públicos.
- D** O decreto autônomo é, em regra, admitido no ordenamento jurídico brasileiro, desde que não viole direitos fundamentais.
- E** O decreto, no ordenamento jurídico brasileiro, não pode inovar na ordem jurídica, visto que tem natureza secundária, e deve sempre regulamentar uma lei.

QUESTÃO 21

Acerca da Lei de Introdução ao Código Civil, no que se refere a analogia, costumes, jurisprudência, interpretação das normas jurídicas e princípios gerais de direito, assinale a opção correta.

- A** Não é absoluto o princípio que postula que ninguém deve escusar-se cumprir a lei alegando que não a conhece, pois há casos em que a lei admite a existência do erro de direito como causa determinante da invalidade de um negócio jurídico.
- B** A função social da posse, prevista no Código Civil brasileiro — Lei n.º 10.406/2002 —, tipifica o princípio da eticidade, o qual proclama a compatibilização dos valores técnicos com os valores éticos, como mecanismo não só de imposição de limites, mas também de estabelecimento de deveres implícitos nas relações jurídicas patrimoniais.
- C** Na interpretação de normas jurídicas, ao se tomar como parâmetro a sua finalidade objetivamente declarada, de modo a adaptá-la continuamente às novas exigências sociais, aplica-se exclusivamente o método lógico.
- D** A integração extensiva da norma pressupõe a ausência de lei disciplinadora da matéria, de modo que o juiz deverá aplicar ao caso concreto a norma jurídica prevista para situação semelhante, dada a identidade de razões ou de finalidade.
- E** A derrogação é a revogação total da lei em vigor.

QUESTÃO 22

A respeito da teoria geral das obrigações, dos contratos e da posse, julgue os itens subsequentes.

- I Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder sem culpa do devedor antes da tradição, este fica obrigado a ressarcir ao credor as perdas e os danos, sem prejuízo da eventual restituição do preço recebido.
- II Tratando-se de coisas determinadas pelo gênero e quantidade, antes de cientificado da concentração, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito, salvo se o objeto da dívida for limitado.
- III Na obrigação de prestar determinado fato, sobrevindo a morte do devedor antes do advento do termo, a obrigação transmite-se aos herdeiros ou sucessores do devedor.
- IV No inadimplemento de obrigação indivisível, se for de um só devedor a culpa, ficarão os demais codevedores exonerados do cumprimento das suas quotas na dívida, ressalvadas as perdas e os danos.
- V A solidariedade não subsiste para os herdeiros do credor solidário, mas conserva a vinculação em relação aos demais credores, salvo se a obrigação for indivisível.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e V.
- D III e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 23

Julgue os itens subsequentes, relativos a registros públicos, direito das coisas, obrigações e família.

- I Se o teor do registro do imóvel não exprimir a realidade jurídica ou a verdade dos fatos, poderá ser anulado por decisão administrativa a cargo do próprio oficial registrador, de ofício ou a requerimento da parte prejudicada ou do MP.
- II A aquisição de bem realizada em hasta pública, instituída no bojo do processo de execução, não exclui a responsabilidade do executado pela evicção.
- III A adoção de pessoa maior de dezoito anos pode ser realizada por escritura pública.
- IV O reconhecimento da filiação não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento, mas não constitui obstáculo à declaração judicial de sua invalidade.
- V A acessão industrial ou artificial é modo originário de aquisição da propriedade imobiliária.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, III e V.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, IV e V.

QUESTÃO 24

A respeito do direito das sucessões, dos direitos do consumidor e da prestação alimentícia, julgue os itens que se seguem.

- I O codicilo é um ato de última vontade, instituído a título singular, por meio do qual o codicilante pode instituir herdeiro, reconhecer filhos ou efetuar deserdações, sendo admitida a sua escritura a rogo.
- II Ante o efeito meramente declaratório da partilha, pode-se inferir que a cessão dos direitos hereditários por um dos herdeiros dispensa o consentimento dos demais herdeiros.
- III A obrigação de prestar alimentos é recíproca entre ascendentes, descendentes e colaterais de 2.º grau, de modo que o tio, na falta ou impossibilidade de parente de grau mais próximo, fica obrigado a prestar alimentos ao sobrinho.
- IV A pena de sonegação de bens da herança pode ser imputada a quem não detenha a qualidade de herdeiro.
- V É nula de pleno direito cláusula contratual relativa a fornecimento de produtos e serviços que possibilitem a renúncia do direito de indenização ao consumidor por benfeitorias úteis ou voluptuárias.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 25

Acerca da pessoa, dos fatos jurídicos e das obrigações, assinale a opção correta.

- A Por ser absoluta e extrapatrimonial, é também imprescritível a pretensão de indenização patrimonial por violação aos direitos da personalidade.
- B O dano moral é decorrência de violação a direito da personalidade, caracterizado o prejuízo pelo simples atentado aos interesses jurídicos personalíssimos, independentemente da dor e do sofrimento causados ao titular.
- C A decisão judicial que pronuncia a nulidade do negócio jurídico, que tem natureza desconstitutiva, produz efeitos *ex nunc*.
- D A morte de afiançado acarreta, de pleno direito, a extinção do contrato de fiança.
- E Dívida portátil é aquela que deve ser cobrada pelo credor no domicílio do devedor.

QUESTÃO 26

Com relação ao direito das coisas, ao de família, ao das sucessões bem como à teoria da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

- A A usucapião é modo originário de aquisição do direito de habitação.
- B Conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro, tornam-se núbéis os homens de 18 anos de idade e as mulheres de 16 anos de idade.
- C Será anulável o casamento contraído com infringência aos impedimentos dirimentes.
- D Considerada a ordem da sucessão legítima em que estejam envolvidos apenas um neto e a mãe do falecido, o neto será afastado da ordem da vocação hereditária em benefício da mãe do *de cuius*.
- E Para a validade e eficácia da aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica no que concerne ao abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou confusão patrimonial, é imprescindível a demonstração do estado de insolvência da pessoa jurídica.

QUESTÃO 27

No que concerne a fundações, bens, obrigações, casamento, direito real e sucessório, assinale a opção correta.

- A Pode ser criada uma fundação por meio de testamento particular mediante dotação de bens livres, determinando-se o fim a que se destina e, facultativamente, o modo de administrá-la.
- B Deve ter domicílio necessário o preso ainda não condenado.
- C São pertenças os pneus instalados em um automóvel.
- D As acessões artificiais são consideradas benfeitorias realizadas no bem imóvel.
- E As servidões não aparentes podem ser constituídas por meio da usucapião.

QUESTÃO 28

Acerca de negócios jurídicos, direitos das obrigações e separação judicial, assinale a opção **incorreta**.

- A Existem direitos patrimoniais que podem ser adquiridos independentemente de ato do adquirente.
- B A promessa de recompensa sujeita ao implemento de condição suspensiva constitui exemplo de direito futuro não deferido.
- C Na cessão de crédito, o devedor pode opor contra o cessionário todas defesas pessoais que detinha contra o cedente à época da cessão.
- D De acordo com o regime de participação final nos aquestos, à época da dissolução da sociedade conjugal, cabe a cada cônjuge o direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento.
- E A obrigação do alienante quanto aos vícios redibitórios da coisa qualifica-se como obrigação de meio.

QUESTÃO 29

No que se refere aos negócios jurídicos, ao direito de empresa e aos direitos reais de garantia, assinale a opção correta.

- A Resta caracterizada a lesão ainda que a desproporção entre as prestações ocorra em momento superveniente à declaração da vontade.
- B A existência de impedimentos suspensivos obsta a constituição válida da união estável.
- C A forma de realização do negócio e a vontade do agente constituem elementos acidentais do negócio jurídico.
- D A enfiteuse e o usufruto são modalidades de direitos reais de garantia.
- E A cooperativa, independentemente de seu objeto, é considerada sociedade simples.

QUESTÃO 30

Com relação ao direito das obrigações, da família, das sucessões e da propriedade imaterial, assinale a opção correta.

- A Em decorrência do direito de representação, os descendentes de herdeiro excluído sucedem no lugar deste.
- B Caducará o legado se o legatário falecer depois do legante.
- C O fideicomisso poderá abranger, no todo ou em parte, a legítima fideicomitente.
- D Direitos patrimoniais do autor são aqueles em que se reconhece a paternidade da obra, sendo, portanto, inseparáveis de seu autor, perpétuos, inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.
- E O aval posterior ao vencimento do título de crédito é ineficaz.

QUESTÃO 31

Acerca do juiz, do MP, dos órgãos auxiliares da justiça, do processo de execução e cumprimento da sentença, assinale a opção correta.

- A É vedado ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando receber, antes ou depois de iniciado o processo, dádivas das partes.
- B No processo civil, o MP não pode renunciar ao poder de recorrer nem desistir de recurso por ele interposto.
- C No processo civil, compete ao oficial de justiça a prática dos atos processuais de documentação e guarda dos autos.
- D Cabe a execução forçada da sentença declaratória se, nesta, for reconhecida a existência de relação jurídica já violada pelo devedor.
- E Na execução por quantia em face do devedor solvente, emprega-se o meio executório denominado coerção patrimonial.

QUESTÃO 32

No que concerne às funções essenciais à justiça bem como à ação e ao processo, assinale a opção correta.

- A Qualquer advogado pode ter carga dos autos, sendo dispensável a procuração nos autos.
- B A concretude do direito de ação se explica por ser ele distinto do direito material disputado entre os litigantes.
- C Os pressupostos processuais são requisitos exigidos para se conferir eficácia jurídica à relação processual.
- D A existência da pretensão resistida constitui pressuposto para o exercício do direito de ação.
- E A defesa de mérito será indireta quando for dirigida contra o próprio pedido do autor e objetivar destruir-lhes os fundamentos de fato ou de direito.

QUESTÃO 33

Com relação a provas, capacidade, procedimentos especiais, litisconsórcio e juizado especial civil, julgue os itens subsequentes.

- I Apesar de o Código Civil brasileiro arrolar vários meios de provas, vigora, na lei processual, a regra da atipicidade dos meios de provas.
- II A proibição do insolvente civil de figurar como parte no processo regulado pela Lei n.º 9.099/1995, que dispõe acerca dos juzados especiais cíveis e criminais, configura hipótese de exclusão da capacidade de gozo ou de direito.
- III Impõe-se a nomeação de curador especial tanto aos réus incertos quanto aos réus desconhecidos citados na ação de usucapião.
- IV A petição da exceção de incompetência pode ser protocolizada pelo excepto no juízo deprecado.
- V O litisconsórcio unitário nem sempre é necessário.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 34

Acerca da ação, da legitimidade e do litisconsórcio, assinale a opção correta.

- A Para que um cônjuge proponha ação fundada em contrato de comodato sobre bem imóvel, é necessário o consentimento do outro, devendo tal permissão ser suprida pelo juiz, sob pena de o processo se tornar inválido.
- B Ao vencedor da demanda judicial pode ser imputada condenação por litigância de má-fé.
- C Para se contestar uma ação, é necessária a existência de interesse e legitimidade.
- D A legitimidade de qualquer condômino para a proposição de ação de cobrança em benefício do condomínio configura hipótese legal de sucessão processual.
- E Tratando-se de litisconsórcio necessário, o juiz pode limitar o número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

QUESTÃO 35

No que concerne aos recursos no processo civil, assinale a opção correta.

- A O reexame necessário possui natureza jurídica de recurso.
- B A dimensão horizontal do efeito devolutivo refere-se ao objeto do recurso.
- C Havendo recurso de apelação, diante do silêncio da parte recorrida, as questões de ordem pública são transferidas ao tribunal em razão do efeito devolutivo.
- D Admite-se a interposição do agravo de instrumento na forma de recurso adesivo.
- E O efeito expansivo subjetivo diz respeito à dimensão do pedido recursal da parte recorrente.

QUESTÃO 36

No que se refere a processo de conhecimento, processo de execução, atos e fatos processuais, nulidades processuais e intervenção de terceiros, julgue os itens subsequentes.

- I O chamamento ao processo caracteriza-se como a medida por meio da qual o devedor demandado chama para integrar o mesmo processo os demais coobrigados pela dívida.
- II Observa-se a incidência da preclusão consumativa quando, esgotado o prazo recursal, a parte sucumbente não interpõe o recurso processual cabível.
- III As nulidades processuais absolutas independem de declaração judicial a respeito de sua existência e efeitos.
- IV O decurso do tempo caracteriza-se como espécie de ato processual.
- V É provisória a execução lastreada no título executivo extrajudicial enquanto pendente de julgamento a apelação da sentença de improcedência dos embargos à execução, quando recebidos com efeito suspensivo.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e V.
- C II e III.
- D III e IV.
- E IV e V.

QUESTÃO 37

Com relação à capacidade processual, aos recursos e à ação, julgue os seguintes itens.

- I Constitui hipótese de incapacidade processual relativa a proibição do indigno de participar da sucessão do autor da herança.
- II No âmbito do STJ, conta-se em dobro o prazo para interposição, pelo MP, do agravo regimental.
- III É cabível a propositura de reconvenção em ação declaratória cujo objetivo seja pleitear outra espécie de tutela jurisdicional.
- IV Na ação de cobrança de dívidas, sempre se aplica o princípio da demanda em relação à contestação da parte ré.
- V A parte ré detém legitimidade para requerer a antecipação de tutela de mérito.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, II e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e V.
- E III, IV e V.

QUESTÃO 38

A respeito de petição inicial, citação, uniformização de jurisprudência, fraude de execução e execução de tutela específica das obrigações de fazer e não fazer, julgue os itens que se seguem.

- I Segundo o princípio da individualização da causa de pedir, é indispensável para o exercício do direito de ação que o autor insira, na petição inicial, a exposição do fato e dos fundamentos jurídicos do pedido.
- II A indução da litispendência constitui efeito material da citação válida.
- III É irrecorrível a decisão proferida pelo tribunal em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
- IV Considera-se negócio jurídico nulo a alienação ou oneração de bens em fraude de execução.
- V Não cabe imposição de multa diária, ou *astreinte*, nas obrigações de fazer materialmente infungíveis.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 39

No que concerne a litisconsórcio, providências preliminares, defesa do consumidor, improbidade administrativa e, ainda, com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

- A A ação proposta por acionistas que visam anular a assembléia geral de sociedade anônima constitui exemplo de litisconsórcio facultativo simples.
- B Admite-se a propositura de ação declaratória incidental em sede de ação possessória que verse sobre posse nova (menos de ano e dia).
- C Na contratação de fornecimento de produtos e serviços levada a efeito no estabelecimento comercial do fornecedor, o consumidor poderá desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço.
- D Compete com exclusividade ao MP a propositura de ação de improbidade administrativa que inclua pedido da perda da função pública e suspensão dos direitos políticos do agente.
- E A remissão pré-processual concedida pelo MP e decorrente do cometimento de ato infracional não é incompatível com a imposição de medida socioeducativa de advertência.

QUESTÃO 40

Com relação a recursos, procedimentos de jurisdição voluntária, sentença e coisa julgada, julgue os itens a seguir.

- I Reconhecida pelo STF a existência da repercussão geral, cabe ao órgão de origem apreciar os recursos extraordinários sobrestados, para julgá-los prejudicados, exercer o juízo de retratação, admitir, ou não, o recurso.
- II Reconhecida pelo STJ a existência de causas repetitivas, cabe ao tribunal de segunda instância apreciar os recursos especiais sobrestados, para julgá-los prejudicados, exercer o juízo de retratação, admitir, ou não, o recurso.
- III No procedimento de jurisdição voluntária, a sentença, ainda que transitada em julgado, pode ser modificada caso ocorram motivos supervenientes.
- IV Caracteriza-se como *extra petita* a sentença em que se determina ao réu, em relação ao pedido mediato, condenação superior ao que foi postulado pelo autor.
- V Na ação de anulação de casamento, a sentença que rejeita o pedido do autor com base na insuficiência de provas não faz coisa julgada material.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, II e IV.
- C I, III e V.
- D II, IV e V.
- E III, IV e V.

QUESTÃO 41

Acerca das teorias que regem o direito penal e os seus institutos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A teoria final da ação foi elaborada por Von Liszt no final do século XIX, tendo sido desenvolvida também por Beling e Radbruch, resultando na estrutura mundialmente conhecida como sistema Liszt-Beling-Radbruch.
- Ⓑ A teoria causal da ação teve por mérito superar a taxativa separação dos aspectos objetivos e subjetivos da ação e do próprio injusto, transformando, assim, o injusto naturalístico em injusto pessoal.
- Ⓒ Para a teoria constitucional do direito penal, a verificação da ocorrência do fato típico doloso não se resume ao aspecto formal-objetivo, dependendo, ainda, da ocorrência de outros elementos de índole material-normativa e subjetiva.
- Ⓓ Para a teoria social da ação, um fato considerado normal, correto, justo e adequado pela coletividade, ainda que formalmente enquadrável em um tipo incriminador, pode ser considerado típico pelo ordenamento jurídico, devendo, no entanto, ser excluída a culpabilidade do agente.
- Ⓔ A teoria funcional da conduta está estruturada em duas vertentes: para a primeira, que tem Claus Roxin como principal defensor, a função da norma é a reafirmação da autoridade do direito; a segunda, cujo principal representante é Günther Jakobs, sustenta que um moderno direito penal deve estar estruturado teleologicamente, isto é, atendendo a finalidades valorativas.

QUESTÃO 42

Em relação às normas penais especiais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Resolução de tribunal de justiça que atribui aos juizados especiais criminais a competência para as causas decorrentes de violência doméstica contra a mulher é ilegal.
- Ⓑ O Estatuto do Desarmamento trouxe a previsão de regra que operou a *abolitio criminis* temporária para o delito de porte de arma de fogo, durante o prazo nele previsto.
- Ⓒ Considerando que a nova lei de drogas aumentou a pena para o delito de tráfico, não se admite a aplicação de causa de diminuição de pena nela prevista a fatos praticados anteriormente, pois, assim procedendo, o julgador estaria combinando duas normas e criando uma terceira sem autorização legal.
- Ⓓ A clonagem humana, apesar de ser uma conduta considerada antiética por alguns segmentos da sociedade, não é tipificada criminalmente no ordenamento jurídico brasileiro.
- Ⓔ Constitui conduta criminosa, e não mera infração administrativa, o simples registro de compromisso de compra e venda de loteamento não registrado regularmente perante os órgãos competentes da administração.

QUESTÃO 43

Considerando que um microempresário, durante procedimento de recuperação judicial, tenha sido inabilitado, por decisão do juízo da 1.^a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Natal, ao exercício de atividade profissional, assinale a opção correta em relação às disposições penais previstas na Lei n.º 11.101/2005.

- Ⓐ Caso descumpra a ordem da autoridade judicial, o microempresário cometerá o delito de desobediência à decisão judicial previsto no CP.
- Ⓑ A habilitação ilegal de crédito, na falência, não é conduta criminosa, mas implica a alteração da ordem de preferência do infrator no concurso de credores para o último lugar.
- Ⓒ A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial não é condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas na referida lei.
- Ⓓ Constitui efeito automático da condenação pela prática de crime previsto nessa lei o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas àquela norma.
- Ⓔ Caso o microempresário pratique o delito de fraude a credores, após a decretação da falência de sua empresa, e não seja provado que ele habitualmente exerce condutas criminosas, pode ter a pena de reclusão substituída por prestação de serviços à comunidade.

QUESTÃO 44

Acerca dos crimes contra a ordem tributária e econômica, o consumidor e as relações de consumo e o meio ambiente, assinale opção **incorreta**.

- Ⓐ Nos crimes previstos na Lei n.º 8.137/1990, materiais ou formais, a decisão definitiva do processo administrativo consubstancia uma condição objetiva de punibilidade.
- Ⓑ Constitui crime contra a ordem econômica a formação de acordo entre ofertantes, visando ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de fornecedores.
- Ⓒ A execução de serviço de alto grau de periculosidade, que contraria determinação de autoridade competente, constitui crime contra as relações de consumo e não mera infração administrativa.
- Ⓓ Não é crime o desmatamento de floresta nativa em terras de domínio público, sem autorização do órgão competente, quando a conduta for necessária à subsistência imediata e pessoal do agente.
- Ⓔ Em relação à responsabilidade penal da pessoa jurídica pela prática de delitos contra o meio ambiente, adotou a Lei n.º 9.605/1998 a teoria da realidade ou da personalidade real.

QUESTÃO 45

O agente que induz ou instiga dolosamente a prática de esterilização cirúrgica pratica crime

- A) contra a organização do trabalho, previsto no CP.
- B) contra o planejamento familiar.
- C) definido na lei de transplantes.
- D) contra a saúde pública, previsto no CP.
- E) contra os costumes, previsto no CP.

QUESTÃO 46

Abel pretendia tirar a vida do seu desafeto Bruno, que se encontrava caminhando em um parque ao lado da namorada. Mesmo ciente de que também poderia acertar a garota, Abel continuou sua empreitada criminoso, efetuou um único disparo e acertou letalmente Bruno, ferindo levemente sua namorada.

A partir dessa situação hipotética e em relação ao instituto do erro, assinale a opção correta.

- A) Na situação de delito putativo por erro de tipo, o agente não sabe que está cometendo um crime, mas acaba por praticá-lo.
- B) O erro de tipo essencial escusável exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- C) O caso hipotético acima caracteriza o que a doutrina denomina de *aberratio ictus*, devendo Abel responder apenas pelo homicídio.
- D) Abel deve responder pelos delitos de homicídio e lesão corporal leve em concurso formal imperfeito.
- E) Abel deve responder pelos delitos de homicídio e lesão corporal leve em concurso ideal.

QUESTÃO 47

Quanto às excludentes de ilicitude e de culpabilidade, assinale a opção correta.

- A) Considerando que A, para defender-se de injusta agressão armada de B, desfira tiros em relação ao agressor, mas, por erro, atinja letalmente C, terceiro inocente, nessa situação, a legítima defesa desnatura-se, devendo A responder pelo delito de homicídio culposos pela morte de C.
- B) No ordenamento jurídico brasileiro, não se admite a hipótese de legítima defesa da honra, uma vez que o princípio da dignidade da pessoa humana sobrepõe-se ao sentimento de vingança por parte do agressor.
- C) Para que haja estrito cumprimento do dever legal, a obrigação deve decorrer diretamente de lei *stricto sensu*, não se reconhecendo essa excludente de ilicitude quando a obrigação estiver prevista em decreto, regulamento ou qualquer ato administrativo infralegal.
- D) A coação física, quando elimina totalmente a vontade do agente, exclui a conduta; na hipótese de coação moral irresistível, há fato típico e ilícito, mas a culpabilidade do agente é excluída; a coação moral resistível atua como circunstância atenuante genérica.
- E) Verifica-se a situação de obediência hierárquica tanto nas relações de direito público quanto nas de direito privado, uma vez que, nas duas hipóteses, é possível se identificar o nexo entre o subordinado e o seu superior.

QUESTÃO 48

A respeito dos institutos de direito penal, assinale a opção correta.

- A) Conforme jurisprudência unânime do STF, para a caracterização da majorante no delito de roubo exercido com o emprego de arma, exige-se a apreensão da arma para que seja periciada, a fim de se constatar a sua potencialidade lesiva.
- B) Os critérios de progressão de regime estabelecidos em lei nova, ainda que mais gravosos, aplicam-se às penas com execução em curso na data de sua publicação, pois se trata de norma de caráter processual, logo de aplicação imediata.
- C) O indivíduo que, de uma só vez, introduzir no Brasil unidades de CDs musicais, pirateados de artistas brasileiros, e CDs virgens, sem o recolhimento dos tributos devidos, pelo princípio da consunção, deverá responder apenas pelo crime de descaminho.
- D) No tipo de homicídio qualificado pelo fato de o delito ter sido praticado mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe, há espaço para a interpretação analógica.
- E) No delito de furto, são incompatíveis a qualificadora do concurso de pessoas e o privilégio relativo à primariedade do agente e ao pequeno valor da coisa furtada.

QUESTÃO 49

Em uma festividade natalina que ocorria em determinado restaurante, o garçom, ao estourar um champanhe, afastou-se do dever de cuidado objetivo a todos imposto e lesionou levemente o olho de uma cliente, embora não tivesse a intenção de machucá-la. Levada ao hospital para tratar a lesão, a moça sofreu um acidente automobilístico no trajeto, vindo a falecer em consequência exclusiva dos ferimentos provocados pelo infortúnio de trânsito.

Com referência a essa situação hipotética e ao instituto do nexo causal no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- A) O garçom deverá responder pelo delito de homicídio culposos.
- B) O garçom poderá responder apenas pelo delito de lesão corporal culposa.
- C) O garçom não deverá responder por nenhum delito.
- D) Em regra, o CP adotou a teoria da causalidade adequada para identificar o nexo causal entre a conduta e o resultado.
- E) Segundo a teoria da imputação objetiva, o garçom, por ter criado um risco absolutamente proibido pela sociedade, deveria responder pelo delito de homicídio doloso.

QUESTÃO 50

Acerca dos crimes contra os costumes, os idosos e as pessoas portadoras de deficiência, assinale a opção correta.

- Ⓐ A mulher não pode ser coautora do delito de estupro.
- Ⓑ O delito de atentado violento ao pudor, ao contrário do estupro, não é considerado hediondo.
- Ⓒ Todos os crimes definidos no Estatuto do Idoso são de ação penal pública incondicionada.
- Ⓓ Impedir ato fiscalizatório de representante do MP em defesa de interesses de pessoas idosas não constitui crime, mas mera infração administrativa sujeita à pena de multa por parte do infrator.
- Ⓔ Constitui crime a conduta de negar emprego a alguém, ainda que justificadamente, por motivos derivados de sua deficiência.

QUESTÃO 51

Acerca do instituto da prova no processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo entendimento doutrinário, quando a norma afrontada tiver natureza processual, a prova vedada deve ser chamada de ilícita; afrontando normas de direito material, deve ser chamada de ilegítima.
- Ⓑ Para apurar dano provocado ao erário, admite-se a quebra do sigilo bancário e fiscal dos envolvidos diretamente pelo MP, sem necessidade de autorização judicial.
- Ⓒ Em respeito à vedação constitucional de provas obtidas por meios ilegais, esse tipo de prova não é admitido no processo penal brasileiro, ainda que em favor da defesa.
- Ⓓ CPI tem o poder jurídico de requisitar às operadoras de telefonia cópias de decisão ou de mandado judicial de interceptação telefônica, para quebrar o sigilo imposto a processo sujeito a segredo de justiça.
- Ⓔ Ainda que o faça em ato adequadamente fundamentado, CPI não está autorizada a proceder à quebra de sigilo telefônico no ordenamento jurídico brasileiro.

QUESTÃO 52

Em relação aos institutos do direito processual penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Compete à justiça federal o processo e o julgamento do delito de interceptação telefônica sem autorização judicial, pois resta evidenciado interesse específico da União em manter a integridade do sistema de comunicação nacional.
- Ⓑ Compete ao STJ conhecer e decidir conflito de atribuições entre membros do MP federal e de MP estadual.
- Ⓒ É imprescindível a certeza da imparcialidade dos jurados para decretar-se o desaforeamento dos processos submetidos ao procedimento do tribunal do júri.
- Ⓓ Na hipótese de deslocamento de competência, admite-se a ratificação dos atos decisórios praticados por órgão jurisdicional absolutamente incompetente.
- Ⓔ Em medida cautelar de arresto de bens do investigado, tendente a garantir a reparação do dano provocado pelo crime, a meação do cônjuge deve responder ainda que não haja prova de que se tenha beneficiado do produto da infração por atos ilícitos praticados pelo cônjuge.

QUESTÃO 53

A pedido do MP do Estado da Bahia, foi determinada pelo juízo da 1.^a vara criminal da justiça estadual da capital baiana a quebra do sigilo telefônico de diversos suspeitos da prática de crimes contra a administração pública. Diante do caráter interestadual dos fatos apurados, a investigação, iniciada naquela unidade da Federação, foi desmembrada e todas as informações repassadas à Seção Judiciária de Natal – RN. O mencionado juízo baiano, após proceder à remessa de todo o conjunto probatório à justiça potiguar, arquivou, em seguida, o procedimento original. Nesse passo, após analisar a documentação recebida, o MP do Rio Grande do Norte ofereceu denúncia contra todos os envolvidos, sendo certo que a ação penal respectiva foi instaurada perante a 2.^a vara criminal estadual de Natal.

Nessa situação hipotética, a competência para julgar *habeas corpus*, impetrado com a finalidade de anulação da referida interceptação telefônica, cuja irregularidade reste comprovada, será do

- Ⓐ TJRN.
- Ⓑ Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
- Ⓒ STJ.
- Ⓓ juízo da 1.^a vara criminal da justiça estadual da capital baiana.
- Ⓔ juízo da 2.^a vara criminal da justiça estadual da capital potiguar.

QUESTÃO 54

Em relação à competência no âmbito do direito processual penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A competência para julgar conflito negativo de atribuições entre órgãos do MP de estados-membros diversos é do STJ.
- Ⓑ Caso determinada autoridade do estado do Rio Grande do Norte, detentora de foro especial por prerrogativa de função no TJRN, cuja previsão encontra-se apenas na respectiva constituição estadual, cometa crime doloso contra a vida, a competência para processá-la e julgá-la deve ser do tribunal do júri.
- Ⓒ Por se tratar de hipótese de competência criminal absoluta, verificada a ocorrência de conexão entre delitos diversos, deve ser determinada a reunião dos processos, ainda que um deles já tenha sido julgado, sob pena de nulidade, que pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.
- Ⓓ Tratando-se de competência territorial pelo lugar da infração, em regra, o CPP adotou a teoria da atividade.
- Ⓔ Em regra, observa-se a teoria do resultado para se firmar a competência no âmbito dos juizados especiais criminais estaduais.

QUESTÃO 55

Acerca dos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na hipótese de concurso formal perfeito de infrações penais de menor potencial ofensivo, afasta-se a competência do juizado especial criminal, ainda que a pena máxima cominada ao crime mais grave acrescida de eventual exasperação máxima decorrente do concurso resulte em pena privativa de liberdade não-superior a dois anos.
- Ⓑ A transação penal é cabível exclusivamente na fase pré-processual e é colocada à disposição tanto da parte acusatória, que pode propô-la, quanto da defesa, a quem cabe reclamá-la. O silêncio do órgão acusador em ofertar a transação e a inércia da defesa em requerê-la no momento oportuno acarretam a preclusão.
- Ⓒ A citação do autor do fato deve ser pessoal, no entanto, caso não seja encontrado, deve ser expedido edital para tanto, por aplicação subsidiária das normas do CPP ao procedimento dos juizados especiais criminais.
- Ⓓ Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa cabe recurso em sentido estrito, que deve ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do juizado.
- Ⓔ Cabem embargos de declaração contra sentença obscura, contraditória, omissa ou duvidosa, no prazo máximo de dois dias, interrompendo-se a contagem do prazo para a interposição de outros recursos.

QUESTÃO 56

Quanto aos procedimentos especiais, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ No procedimento penal para os crimes previstos na lei antidrogas, não se admite a imposição de prisão em flagrante ao mero usuário, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e das perícias indispensáveis.
- Ⓑ No procedimento dos crimes de trânsito, se o agente estiver transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h e provocar lesão corporal culposa à vítima inocente, não cabe a ele a possibilidade de composição dos danos civis nem a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa.
- Ⓒ No procedimento dos crimes falimentares, todos os delitos são, em regra, de ação penal pública incondicionada, sendo competente para tais ações o juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial.
- Ⓓ Nas hipóteses de violência doméstica e familiar, a lesão corporal praticada contra a mulher é qualificada, sendo a ação penal pública incondicionada, não se exigindo, assim, representação por parte da vítima.
- Ⓔ Segundo o Estatuto do Idoso, constitui crime punível com reclusão de dois a cinco anos coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração. Nesse caso, não se aplica o procedimento da Lei dos Juizados Especiais Criminais.

QUESTÃO 57

Júnior cumpria pena em regime semiaberto quando se evadiu, sendo capturado posteriormente. Entretanto, durante o tempo em que esteve foragido, Júnior cometeu outro crime, cujo processo correlato transitou em julgado, vindo o juízo das execuções criminais a unificar as penas impostas, o que não implicou a aplicação de regime de cumprimento de pena mais gravoso.

Acerca dessa situação hipotética e da execução penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na hipótese narrada, a data-base para a recontagem do prazo para a concessão de nova progressão de regime é o dia da recaptura, e não o da unificação das penas.
- Ⓑ Para o fim de concessão de progressão de regime prisional, é descabida a exigência de que Júnior se submeta a exame criminológico, uma vez que não há amparo legal para tanto.
- Ⓒ A frequência a curso de ensino formal somente é causa de remição de parte do tempo de execução de pena se esta estiver sendo cumprida em regime fechado.
- Ⓓ Exceto na pendência de recurso da acusação, destinado ao aumento da pena imposta, admite-se a progressão do regime de cumprimento de pena, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- Ⓔ Cabe apenas ao juízo das execuções conceder permissão de saída a condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto, sendo certo que tal benefício não pode ser concedido ao que está preso provisoriamente.

QUESTÃO 58

Com relação às nulidades e aos recursos no âmbito do processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ No processo penal, a falta e a deficiência da defesa técnica constituem nulidade absoluta.
- Ⓑ É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve a denúncia ou a queixa.
- Ⓒ O prazo para a interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal é de cinco dias.
- Ⓓ Ao MP é concedido prazo em dobro para a interposição dos recursos criminais.
- Ⓔ Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável à acusação, admitem-se embargos infringentes e de nulidade a serem interpostos pelo MP.

QUESTÃO 59

A respeito do mandado de segurança criminal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O MP não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança criminal, uma vez que se trata de prerrogativa exclusiva da defesa.
- Ⓑ Nos casos urgentes, segundo jurisprudência sumulada do STF, é cabível mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- Ⓒ A competência para processar e julgar mandado de segurança contra decisões emanadas dos juizados especiais criminais estaduais é dos respectivos tribunais de justiça.
- Ⓓ É inadmissível a interposição de mandado de segurança criminal nas hipóteses em que haja controvérsia acerca da matéria de direito.
- Ⓔ O mandado de segurança em matéria penal deve ser julgado por autoridade judicial com competência criminal.

QUESTÃO 60

Considerando as disposições do CPP relativas às exceções e às questões prejudiciais, assinale a opção correta.

- Ⓐ As exceções de suspeição do juiz e do membro do MP devem ser julgadas pelo tribunal recursal competente.
- Ⓑ As exceções serão processadas e julgadas em autos apartados e, em regra, suspendem o andamento da ação penal.
- Ⓒ Autoridades policiais exercem atividade meramente administrativa, razão pela qual não podem declarar-se suspeitas.
- Ⓓ Quanto ao efeito, a questão prejudicial pode ser obrigatória, quando necessariamente se acarreta a suspensão do processo, ou facultativa, quando o juiz criminal tiver a faculdade de suspender ou não a ação. As duas situações são previstas pelo CPP.
- Ⓔ Existindo questão prejudicial ao deslinde da ação penal, deve o juiz suspender o processo pelo prazo improrrogável de seis meses. Expirado tal prazo sem que o juiz cível tenha proferido decisão, o juiz criminal deve fazer prosseguir o processo, decidindo todas as teses de acusação e defesa.

QUESTÃO 61

A CF e as leis eleitorais brasileiras estabelecem a disciplina da nacionalidade do candidato, que pode ter particularidades conforme o cargo pretendido. A esse respeito, assinale a opção correta.

- Ⓐ Um cidadão português que goze do estatuto da reciprocidade pode ser candidato a presidente da República.
- Ⓑ Em qualquer caso, a dupla nacionalidade de um cidadão brasileiro impõe a inelegibilidade.
- Ⓒ Brasileiro que se naturalizar alemão em virtude de imposição legal da Alemanha perde a capacidade eleitoral passiva.
- Ⓓ Estrangeiro nacionalizado brasileiro somente pode ser candidato a cargos legislativos.
- Ⓔ Cidadão brasileiro nascido no exterior e registrado no consulado do Brasil pode ser candidato a presidente da República.

QUESTÃO 62

Com relação ao papel do Ministério Público Eleitoral nos processos relativos a crimes eleitorais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ocorrendo infração penal, o MP deve agir de acordo com o delito, e sua ação depende de representação do ofendido.
- Ⓑ Não são admitidas denúncias verbais, devendo a comunicação do delito ser subscrita por eleitor da mesma circunscrição em que ocorre a eleição.
- Ⓒ As infrações penais tipificadas no Código Eleitoral são de ação pública.
- Ⓓ Verificada infração penal, o MP conduz investigação reservada e propõe a ação caso o candidato acusado seja eleito.
- Ⓔ A inação do MP, quando provocado, é punida com o imediato afastamento do promotor responsável das lides eleitorais.

QUESTÃO 63

Pedro, com nove anos de serviço, é militar alistável e teve o seu nome aprovado em convenção partidária para ser candidato a deputado estadual. Nessa situação hipotética, Pedro

- Ⓐ deve ser afastado do serviço militar.
- Ⓑ deve ser agregado, podendo retornar ao serviço militar após a eleição.
- Ⓒ perderá o cargo apenas se for eleito e empossado.
- Ⓓ deve ser afastado temporariamente, podendo retornar ao cargo após o fim do mandato.
- Ⓔ pode permanecer no serviço militar com todos os direitos.

QUESTÃO 64

No Brasil, o alistamento e o voto são obrigatórios nos termos constitucionais. No que se refere a esse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ O eleitor que não votar em duas eleições consecutivas terá cancelada a sua inscrição.
- Ⓑ O óbito do eleitor deve ser comunicado à justiça eleitoral pelos herdeiros necessários.
- Ⓒ A pluralidade de inscrições eleitorais é resolvida mediante o cancelamento de ofício das inscrições mais antigas.
- Ⓓ Qualquer eleitor tem legitimidade para requerer da justiça eleitoral a exclusão de eleitor que tiver suspensos os direitos políticos.
- Ⓔ Eleitor objeto de processo por alistamento fraudulento tem a sua inscrição suspensa cautelarmente.

QUESTÃO 65

Um processo eleitoral marcado pela alta ocorrência de votos nulos ou anulados pode ser objeto de questionamento judicial. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A Eleição para prefeito em que 30% dos votos sejam anulados por fraude e 21% dos eleitores votem nulo será considerada nula.
- B Eleição para prefeito da qual se abstenham mais da metade dos eleitores é nula.
- C Eleição para prefeito deve ser repetida caso mais da metade dos votos seja declarada nula pela justiça eleitoral.
- D Caso 25% dos eleitores votem nulo e 26% se abstenham de votar, a eleição será considerada nula pela justiça eleitoral.
- E Somente a anulação da maioria dos votos por abuso de poder econômico importa nova eleição.

QUESTÃO 66

Os partidos políticos, no sistema constitucional brasileiro e nos termos da Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 9.096/1995) e da Lei Eleitoral (Lei n.º 9.504/1997), constituem pessoa jurídica de direito privado e são elementos fundamentais da democracia brasileira. Com relação à disciplina do funcionamento dessas organizações, assinale a opção correta.

- A Conforme imposição da Lei dos Partidos, o diretório nacional de partido político é composto por 101 pessoas.
- B Não se permitem coligações partidárias na eleição majoritária para senador.
- C Na mesma eleição, pode um partido fazer coligações distintas para governador e para deputado estadual.
- D A verticalização é imposta pela lei partidária e se aplica, no que couber, às eleições municipais.
- E Compete aos partidos políticos organizar estrutura paramilitar para a proteção de seus candidatos.

QUESTÃO 67

O Brasil adota, com pioneirismo, o sistema eletrônico de votação. A respeito da disciplina legal de exercício do sufrágio e suas circunstâncias, assinale a opção correta.

- A A urna eletrônica apresenta ao eleitor, para o primeiro voto, os painéis relativos às eleições majoritárias.
- B O voto em trânsito é admitido, desde que justificada sua necessidade.
- C Parente de candidato não pode ser indicado como fiscal de partido político.
- D Servidores de uma mesma repartição pública são proibidos de integrar uma mesa receptora como presidente e mesário.
- E Cada fiscal partidário somente pode atuar perante uma única seção eleitoral.

QUESTÃO 68

Com relação às disposições legais inscritas no Código Eleitoral e aos crimes eleitorais, assinale a opção correta.

- A Juiz de direito, ainda que não seja juiz eleitoral, pode ser considerado, para efeitos penais, membro da justiça eleitoral, caso colabore com as eleições.
- B A liberdade de expressão assegurada aos candidatos exclui os crimes contra a honra do processo eleitoral.
- C Cidadãos estrangeiros podem participar do processo eleitoral brasileiro, desde que autorizados por partido político regularmente registrado.
- D O abandono do serviço eleitoral por mesário implica a prática de mera infração administrativa.
- E É admitida a prova da verdade na hipótese de crime de calúnia contra chefe de Estado estrangeiro.

QUESTÃO 69

Com relação aos recursos apresentados em processos eleitorais contra decisões da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- A Os recursos são, em regra, preclusivos.
- B O conhecimento do recurso pelo tribunal tem efeito suspensivo.
- C Em caso de inelegibilidade, não deve ser conhecido recurso contra expedição de diploma.
- D Recurso somente é submetido ao plenário do tribunal após manifestação escrita do MP, sob pena de nulidade da decisão.
- E Recurso contra decisão que denega *habeas corpus* é de competência exclusiva do STF.

QUESTÃO 70

O sistema eleitoral brasileiro, proporcional de listas abertas, contempla o quociente eleitoral e o partidário. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A O quociente partidário é definido pela divisão do número total de votos válidos pelo número de lugares a preencher.
- B Somente partido ou coligação que alcançar o quociente eleitoral participa do rateio das sobras, se houver.
- C São realizadas novas eleições caso nenhum partido ou coligação alcance o quociente eleitoral.
- D Os votos de legenda conferidos aos partidos são contados apenas para o cálculo do quociente partidário, mas descartados para o cálculo do quociente eleitoral.
- E Não há distinção entre quociente eleitoral e quociente partidário, em termos práticos.

QUESTÃO 71

Considerando que, em 20 de outubro de determinado ano, tenha sido publicada lei que revogou a isenção concedida em caráter geral, cujas condições vinham sendo cumpridas, e que não constou na lei a data de vigência da referida norma, é correto afirmar que

- A a lei passa a vigor na data de sua publicação, uma vez que nela não constou a referida data.
- B a revogação da isenção ocorre no mesmo exercício em que a lei foi publicada.
- C a revogação da isenção em caráter geral deve atender ao princípio da anterioridade.
- D a lei que está revogando o benefício fiscal tem sua aplicação a partir do trigésimo dia da sua publicação.
- E a eficácia da lei, em se tratando de revogação de isenção, ocorre no mesmo momento de sua vigência.

QUESTÃO 72

O fisco local constatou que determinada empresa estava fraudando a fiscalização tributária e a autuou em valor correspondente ao tributo e a uma penalidade pecuniária. Após a revisão administrativa do referido auto de infração, a penalidade pecuniária foi majorada.

Nessa situação,

- A a obrigação acessória não pode ser revista administrativamente.
- B a obrigação tributária não se altera com a alteração do crédito tributário.
- C o auto de infração fiscal constituiu o crédito tributário e, por isso, a revisão não poderia alterar o valor da penalidade para majorá-lo.
- D o valor do auto de infração acabou constituído pelo tributo e penalidade pecuniária, que se referem à obrigação acessória.
- E a obrigação acessória não pode ser convertida em obrigação principal.

QUESTÃO 73

Considerando que uma lei estadual tenha implantado programa de recuperação fiscal e estabelecido que o contribuinte devedor que pagar à vista o seu débito terá um desconto de 100% sobre o valor da penalidade pecuniária, aplicada em virtude de infrações cometidas, assinale a opção correta.

- A O programa instituído concede um benefício denominado isenção em caráter pessoal.
- B O instituto tributário concedido por meio da lei estadual denomina-se anistia.
- C A lei concedeu apenas um desconto que não implica, nem indiretamente, perdão de parte da dívida.
- D A lei não poderia conceder esse benefício, pois apenas a União poderia fazê-lo.
- E O benefício concedido constitui uma moratória, já que é um programa que tenta fazer com que os inadimplentes se regularizem perante a fazenda pública.

QUESTÃO 74

Com base na CF e considerando que lei ordinária estadual tenha criado contribuição previdenciária e estabelecido em 10 anos o prazo prescricional do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A A lei estadual pode alterar o prazo de prescrição, tendo em vista a competência tributária.
- B É inconstitucional a alteração do prazo prescricional, que deveria ser realizada por lei complementar estadual.
- C É inconstitucional a alteração do prazo prescricional, pois a alteração deveria ser feita apenas por lei complementar federal.
- D O prazo de prescrição em matéria tributária não tem previsão constitucional e, por isso, pode ser alterado por lei ordinária.
- E A prescrição é matéria de lei complementar estadual, pois é regulamentada no CTN.

QUESTÃO 75

A instituição de tributo com alíquotas progressivas sem ser exageradamente oneroso, não podendo, portanto, ser considerado confisco, faz transparecer, no direito tributário, na instituição do referido tributo, o cuidado com o princípio da

- A seletividade.
- B não-diferenciação tributária.
- C legalidade estrita.
- D capacidade contributiva.
- E igualdade tributária, em sentido jurídico.

QUESTÃO 76

Lei complementar estadual, de forma autônoma e sem outro fundamento anterior, instituiu benefício fiscal para os contribuintes do ICMS, em virtude da necessidade de se aumentar as receitas desse estado, o que ocasionou a redução da alíquota abaixo da alíquota mínima já estabelecida e cobrada nas operações geradoras do referido tributo e a diminuição da arrecadação de ICMS nos estados vizinhos. Com relação a essa lei, assinale a opção correta.

- A A lei é inconstitucional, pois não pode o estado legislar a respeito de nenhum aspecto do ICMS.
- B O ICMS é um tributo que tem importância nacional e, por isso, deve seguir regulamentação estabelecida na CF, o que não ocorreu no referido caso.
- C Lei estadual poderia ter instituído o benefício fiscal descrito na hipótese, caso se tratasse de lei ordinária estadual.
- D O ICMS é um imposto de competência estadual e, portanto, pode o estado instituir benefício fiscal na sua cobrança, independentemente de acordo feito com os estados e o DF.
- E A lei é constitucional e válida, pois a diminuição da arrecadação de estados vizinhos com a concessão de benefício fiscal ao ICMS não gera a chamada guerra fiscal.

QUESTÃO 77

Acerca do ICMS, segundo a CF e o CTN, assinale a opção correta.

- A** O tributo é de competência estadual e municipal.
- B** O tributo pode ser cobrado considerando a essencialidade das mercadorias objeto da operação comercial.
- C** O tributo é classificado como direto, pois é pago pelo consumidor final.
- D** Benefício fiscal poderá ser concedido em relação à sua cobrança, por meio de lei ordinária estadual, independentemente de acordo no Conselho Nacional de Política Fazendária.
- E** A alíquota interna do ICMS, via de regra, será inferior às alíquotas interestaduais.

QUESTÃO 78

Uma lei nova interpretou lei anterior, na qual havia previsão de aplicação de penalidades. Nesse caso, é correto afirmar que

- A** a lei anterior não poderia ter sido aplicada até a vigência da lei nova.
- B** as penalidades somente podem ser aplicadas a partir da nova interpretação dada à lei anterior.
- C** lei nova tem seu efeito apenas para interpretar a norma anterior, sem que se apliquem as penalidades.
- D** a lei nova, em qualquer caso, não pode retroagir para ser aplicada a fatos pretéritos.
- E** o caso em questão denomina-se repristinação legal.

QUESTÃO 79

O fisco, ao exercer o seu poder de polícia, encontrou empresa que sonegava tributos, o que propiciou a lavratura de auto de infração contra a empresa e a cobrança dos tributos devidos e das penalidades relativas aos fatos constatados, sendo o auto entregue imediatamente na empresa.

Com relação a essa situação, assinale a opção correta.

- A** A lavratura de auto de infração apenas cria a obrigação de pagar o tributo por parte do contribuinte infrator e não a penalidade nele imposta.
- B** A circunstância descrita constituiu o crédito tributário.
- C** O fato descrito não é considerado lançamento tributário.
- D** Esse fato é caso de lançamento por homologação.
- E** Começa a contagem da prescrição a partir da lavratura do auto de infração, não se suspendendo com a impugnação do referido auto por parte do contribuinte infrator.

QUESTÃO 80

Acerca do lançamento na constituição do crédito tributário, assinale a opção correta.

- A** O lançamento se torna eficaz, via de regra, com a notificação do sujeito passivo da obrigação tributária.
- B** O lançamento é atividade administrativa vinculada e discricionária.
- C** O lançamento é regido por lei vigente na data da ocorrência do fato gerador da obrigação, mesmo que outra lei posterior imponha penalidade menos severa ao fato.
- D** A alteração de critério jurídico adotado pelo fisco autoriza a revisão de lançamento já realizado.
- E** A modalidade é, via de regra, a do lançamento direto, no caso dos contribuintes do ICMS.

QUESTÃO 81

A lei orçamentária anual exige que se aglutinem os orçamentos fiscal, de investimentos das empresas e da seguridade social em busca da inclusão de todas as rendas e despesas dos poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta. A respeito desse princípio, assinale a opção correta.

- A** O princípio enunciado na hipótese é o da exclusividade.
- B** Trata-se do princípio do equilíbrio orçamentário.
- C** Cuida-se, no caso, do princípio da legalidade estrita.
- D** O princípio enunciado, analisado exclusivamente, é o da unidade.
- E** Trata-se do princípio da universalidade.

QUESTÃO 82

Comprador adquiriu imóvel residencial urbano em construção por contrato de compromisso de compra e venda registrado no cartório de títulos e documentos e o vendeu para terceira pessoa, mediante cessão de direitos sobre o contrato de compromisso de compra e venda, o qual foi registrado no cartório de registro de imóveis.

Acerca dessa situação e de acordo com a jurisprudência dominante do STJ, assinale a opção correta.

- A** O ITBI incide tanto no registro feito no cartório de títulos e documentos quanto no cartório de registro de imóveis.
- B** O fato gerador do ITBI é a transmissão da posse feita no cartório de títulos e documentos.
- C** Não há fato gerador do ITBI no caso em tela.
- D** O fato gerador do ITBI é a transmissão da propriedade, o que não ocorreu quando o contrato de compromisso de compra e venda foi registrado no cartório de títulos e documentos.
- E** Qualquer ato jurídico que manifeste a transmissão da propriedade é hábil para servir de fato gerador do ITBI, até mesmo uma procuração em causa própria devidamente registrada no cartório de títulos e documentos.

QUESTÃO 83

Considerando que o Poder Legislativo de um estado da Federação discuta projeto de lei que conceda perdão às infrações tributárias cometidas por contribuinte que tenham praticado fraude perante a fiscalização tributária, assinale a opção correta.

- A** A concessão desse benefício seria legal, uma vez que se trata de anistia, a qual se aplica apenas aos casos de perdão às infrações tributárias.
- B** Seria ilegal a concessão desse benefício, uma vez que se trata de remissão.
- C** Seria ilegal a concessão desse benefício, uma vez que a concessão de anistia não pode abranger atos praticados com fraude.
- D** O Poder Legislativo estadual tem competência privativa para legislar a respeito de anistia, mesmo alterando o CTN.
- E** O benefício que se pretende conceder causa extinção do crédito tributário.

QUESTÃO 84

A lei pode atribuir a terceiro responsabilidade tributária originária pelo cumprimento da obrigação tributária como sujeito passivo direto, a fim de facilitar a fiscalização e o recolhimento do tributo devido. A respeito desse assunto, é correto afirmar que

- A** o enunciado corresponde a responsabilidade por sucessão.
- B** o enunciado cuida de responsabilidade por solidariedade.
- C** a lei não pode impor a terceiro a referida responsabilidade.
- D** o enunciado trata de responsabilidade por substituição, cujas modalidades são de substituição para frente e substituição para trás.
- E** a atribuição de responsabilidade a terceiro, pelo pagamento de obrigação tributária, pode ser instituída por ato administrativo, desde que haja previsão de todos os fatos que a geraram.

QUESTÃO 85

Empregado de uma empresa mercantil emitiu nota fiscal de uma operação comercial, destacando o valor do tributo devido em patamar inferior ao que seria correto, em virtude da aplicação equivocada de percentual inferior ao estabelecido pelo fisco. Em função disso, foi lavrado auto de infração contra a empresa e se impôs o pagamento do valor do tributo somado à multa e penalidades cabíveis para o caso. Tal fato foi notificado ao sócio-gerente responsável pela administração da empresa, que se dirigiu para o fisco, declarou e pagou apenas o tributo devido, sem incluir os valores da multa e das penalidades que foram aplicadas.

Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- A** A autuação não poderia ter ocorrido em virtude da existência de equívoco praticado pelo empregado da empresa e, não, pelo sócio-gerente.
- B** A autuação poderia ter ocorrido, mas perdeu a validade e a eficácia quando o responsável pela empresa fez a denúncia de forma espontânea.
- C** Não há que se falar em denúncia espontânea, uma vez que já iniciado o procedimento administrativo.
- D** A autuação fiscal está correta, pois a responsabilidade tributária por infrações ocorre, desde que comprovado o dolo na prática do ato.
- E** A responsabilidade por infrações administrativas é sempre pessoal e do agente que a praticou, independentemente da situação.

QUESTÃO 86

Acerca do gerenciamento costeiro, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 7.661/1988.

- A** Os municípios podem instituir, por meio de decreto, os respectivos planos municipais de gerenciamento costeiro, observadas as normas e as diretrizes do Plano Nacional.
- B** A falta ou o descumprimento, mesmo que parcial, das condições de licenciamento para remembramento do solo, com alterações das características naturais da zona costeira, pode ser sancionada com interdição, embargo ou demolição.
- C** Entende-se por praia apenas a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas.
- D** As praias são bens de uso especial do povo.
- E** De acordo com a lei, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro não pode criar unidades de conservação permanente na zona costeira.

QUESTÃO 87

Quanto à Lei n.º 6.398/1981, que dispõe acerca da PNMA, assinale a opção correta.

- A** O zoneamento ambiental é considerado instrumento da PNMA.
- B** O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que tem a atribuição de propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente, é o órgão central do SISNAMA.
- C** Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental em áreas de preservação permanente e de reserva legal.
- D** Entende-se por poluição a degradação da qualidade ambiental resultante apenas de atividades que afetem diretamente de forma desfavorável a biota.
- E** O SISNAMA está constituído de órgãos da União e dos estados, dele não fazendo parte as fundações instituídas pelo poder público responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

QUESTÃO 88

Acerca das diretrizes gerais da política urbana, assinale a opção correta à luz do Estatuto da Cidade — Lei n.º 10.257/2001.

- A** A desapropriação é instrumento de política urbana.
- B** O tombamento de imóveis não é considerado instrumento de política urbana.
- C** O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo suas diretrizes e prioridades estar incorporadas no plano plurianual e nas diretrizes orçamentárias, com exceção do orçamento anual.
- D** A lei que institui o plano diretor, aprovado por lei municipal, deve ser revista, pelo menos, a cada dois anos.
- E** O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.

QUESTÃO 89

No que diz respeito à Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997), assinale a opção correta.

- A Os planos de recursos hídricos são planos de curto prazo.
- B Depende de outorga do poder público o uso de recursos hídricos para a satisfação de necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural.
- C A competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União é do Poder Executivo federal, não podendo ser delegada.
- D A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se, entre outros fundamentos, no de que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação dessa política e para atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- E A centralização da obtenção e produção de dados e informações é um dos princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

QUESTÃO 90

Considerando a Lei n.º 9.985/2000, assinale a opção correta acerca do SNUC.

- A O Ministério do Meio Ambiente é o órgão consultivo e deliberativo do SNUC.
- B O Conselho Nacional do Meio Ambiente é o órgão central do SNUC.
- C O refúgio de vida silvestre é unidade de conservação de uso sustentável.
- D A floresta nacional é unidade de conservação de proteção integral.
- E O objetivo básico das unidades de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei.

QUESTÃO 91

Acerca de área de preservação permanente e reserva legal, assinale a opção correta.

- A Inexiste órgão ambiental que seja competente para autorizar supressão eventual e de baixo impacto ambiental de vegetação em área de preservação permanente.
- B Reserva legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural — excetuada a área de preservação permanente —, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e à proteção de fauna e flora nativas.
- C Nas terras de propriedade privada onde seja necessário o florestamento ou o reflorestamento de preservação permanente, se não o fizer o proprietário, o poder público federal poderá fazê-lo, desapropriando-as.
- D A área de preservação permanente deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, podendo ser alterada a sua destinação nos casos de transmissão onerosa.
- E É gratuita a averbação de reserva legal à margem da inscrição de matrícula de imóvel de pequena e média propriedade ou posse rural familiar.

QUESTÃO 92

No que concerne ao SUS, assinale a opção correta.

- A À iniciativa privada é vedado participar do SUS, ainda que em caráter complementar.
- B As ações e os serviços públicos de saúde são desenvolvidos, obedecendo-se, entre outros, ao princípio da centralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.
- C É vedada aos municípios a constituição de consórcios para desenvolverem em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.
- D No âmbito do SUS, o atendimento e a internação domiciliares não incluem procedimentos fisioterapêuticos.
- E No campo de atuação do SUS, está a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive a farmacêutica.

QUESTÃO 93

A respeito do Estatuto do Torcedor (Lei n.º 10.671/2003), assinale a opção correta.

- A A entidade responsável por organizar competição não é obrigada a disponibilizar médico e ambulância para os torcedores presentes a partidas.
- B Os ingressos para partida integrante de competição profissional devem estar à venda para o torcedor participe até 48 horas antes do início da respectiva partida.
- C O torcedor tem direito à divulgação, durante a realização da partida, da renda obtida pelo pagamento de ingresso e do número de espectadores pagantes e não-pagantes.
- D Os estádios com capacidade superior a cinco mil pessoas devem manter central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento do público presente por imagem.
- E Não é direito do torcedor ter os árbitros de cada partida escolhidos mediante sorteio.

QUESTÃO 94

Com relação aos planos e seguros privados, dispostos na Lei n.º 9.656/1998, assinale a opção correta.

- A As pessoas jurídicas domiciliadas no exterior não podem constituir capital de pessoas jurídicas de direito privado constituídas sob as leis brasileiras para operar planos privados de assistência à saúde.
- B As operadoras de planos privados de assistência à saúde podem realizar quaisquer operações financeiras com seus diretores.
- C As operadoras de planos privados de assistência à saúde podem excluir, sem limite de tempo, a cobertura às doenças e às lesões preexistentes na data da contratação do plano.
- D É vedada às pessoas físicas a operação de plano ou seguro privado de assistência à saúde.
- E As operadoras de planos privados de assistência à saúde podem realizar quaisquer operações financeiras com membros de seus conselhos administrativos.

QUESTÃO 95

Com relação aos direitos dos idosos segundo a Lei n.º 10.741/2003, assinale a opção correta.

- A As transações relativas à prestação de alimentos a idosos, na forma da lei civil, podem ser celebradas perante o promotor de justiça ou defensor público, que as referendam, passando a ter efeito de título executivo judicial nos termos da lei processual civil.
- B O poder público deve garantir ao idoso prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda.
- C Incumbe ao poder público fornecer medicamentos aos idosos gratuitamente, com exceção dos de uso continuado.
- D Aos maiores de 60 anos de idade fica assegurada a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos, nacionais e internacionais.
- E É dever do poder público criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

QUESTÃO 96

Com relação a licitações e contratos, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações.

- A Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que tenham atendido a todas as condições exigidas para cadastramento até o segundo dia anterior à data do recebimento de propostas.
- B Exige-se a licitação para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no país, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- C As compras da administração pública, sempre que possível, devem ser processadas por meio de sistema de registro de preço.
- D Para obras e serviços de engenharia acima de R\$ 1.500.000,00, a modalidade de licitação indicada deve ser a tomada de preços.
- E É dispensável a licitação quando há inviabilidade de competição para contratação de profissional de qualquer setor artístico.

QUESTÃO 97

Acerca da proteção e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, assinale a opção correta com base na Lei n.º 10.216/2001.

- A A internação psiquiátrica involuntária de pessoa portadora de transtorno mental deve ser comunicada à autoridade judiciária local, no prazo de 48 horas a partir do momento em que tenha acontecido, pelo responsável técnico do estabelecimento onde tenha ocorrido, devendo esse procedimento ser adotado quando da respectiva alta.
- B De acordo com a legislação vigente, a internação compulsória de pessoa portadora de transtorno mental é determinada pelo MP estadual, que considera, quanto à salvaguarda do paciente, as condições de segurança do estabelecimento, dos demais internados e dos funcionários.
- C Internação involuntária é a determinada pela justiça.
- D Internação compulsória é aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.
- E É direito da pessoa portadora de transtorno mental ter a presença de médico, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária.

QUESTÃO 98

Quanto à improbidade administrativa, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 8.429/1992.

- A É crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia tem conhecimento de que este é inocente.
- B Ação culposa de terceiro não dará ensejo ao integral ressarcimento de dano, quando ocorrer lesão ao patrimônio público.
- C No caso de enriquecimento ilícito, o terceiro beneficiário não perde os valores acrescidos ao seu patrimônio.
- D Qualquer pessoa que tome conhecimento de prática de ato de improbidade administrativa deve representar ao MP estadual.
- E As ações de improbidade administrativa de atos que atentem contra os princípios da administração pública podem ser propostas até dez anos após o término da função de confiança de quem as tenha praticado.

QUESTÃO 99

Com relação à proteção do consumidor, assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.078/1990.

- A Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, com exceção dos entes despersonalizados, que desenvolva atividades de comercialização de produtos.
- B Pessoa jurídica não pode ser considerada consumidor.
- C Coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo equipara-se a consumidor.
- D Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, independentemente de remuneração, com exceção da atividade de natureza securitária, salvo se for decorrente de relação de caráter trabalhista.
- E Bem imaterial não pode ser considerado produto.

QUESTÃO 100

Acerca de ação civil pública, assinale a opção correta.

- A O foro competente para processar e julgar ação civil pública deve ser o do domicílio do autor da infração.
- B Ação civil pública não pode ter por objeto a condenação em dinheiro.
- C Sociedade de economia mista não tem legitimidade para propor ação civil pública.
- D É cabível ação civil pública de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração da economia popular.
- E Em ação civil pública, o poder público não pode habilitar-se como litisconsorte em ações propostas por associação legitimada.